

## **Aula 07**

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo  
Estratégico de Noções de Direito Penal -  
2025 (Pós-Edital)*

Autor:  
**Eduardo Alberi**

09 de Junho de 2025

## Índice

1) Simulado - Culpabilidade. Imputabilidade penal - ME .....	3
2) Simulado - Concurso de pessoas. Concurso de crimes - ME .....	9
3) Simulado - Crimes praticados por funcionário público contra a adm em geral - ME .....	16



## SIMULADO

Simulado .....	1
Introdução.....	1
Questões Inéditas .....	1
Gabarito .....	2
Questões Comentadas .....	4

## INTRODUÇÃO

Olá!

Este simulado contempla questões inéditas sobre:

Culpabilidade. Imputabilidade penal.

Pronto para testar seu conhecimento?!

## QUESTÕES INÉDITAS

Culpabilidade. Imputabilidade penal.

1. A culpabilidade é um dos elementos essenciais do crime e está relacionada à possibilidade de o agente ser responsabilizado penalmente por sua conduta. Com base nesse conceito, assinale a alternativa correta.

- a) A culpabilidade é um requisito da tipicidade penal e, portanto, sua ausência não impede a punição do agente.
- b) A culpabilidade é composta por três elementos: imputabilidade, potencial consciência da ilicitude e exigibilidade de conduta diversa.
- c) A inimputabilidade por doença mental exclui automaticamente a ilicitude da conduta praticada pelo agente.
- d) A culpabilidade se confunde com a ilicitude, pois ambas determinam se a conduta do agente é ou não punível.



e) O erro de proibição inevitável não afasta a culpabilidade do agente, pois todos devem conhecer a lei penal.

**2. A imputabilidade penal é um requisito essencial para a responsabilização criminal do agente. No entanto, existem causas que podem afastá-la. Sobre a imputabilidade penal, assinale a alternativa correta.**

a) Os menores de 18 anos são considerados imputáveis, mas podem ter a pena reduzida em razão de sua condição etária.

b) A embriaguez voluntária exclui a imputabilidade, pois afasta a consciência da ilicitude da conduta praticada.

c) O Código Penal brasileiro adota o critério biológico para a aferição da imputabilidade penal.

d) Os menores de 18 anos são considerados absolutamente inimputáveis e submetem-se a medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

e) A coação moral irresistível e a obediência hierárquica ilícita excluem a imputabilidade penal.

**3. No Direito Penal, a culpabilidade é um dos requisitos para a imposição da pena e pode ser afastada em determinadas circunstâncias. Sobre a culpabilidade, assinale a alternativa correta.**

a) A coação moral irresistível exclui a culpabilidade do agente, pois ele não possui liberdade de escolha ao praticar o crime.

b) O erro de proibição sempre exclui a culpabilidade do agente, independentemente de sua evitabilidade.

c) A obediência hierárquica é uma causa excludente da culpabilidade, mesmo quando a ordem recebida for manifestamente ilegal.

d) O erro de proibição inevitável reduz a pena do agente, mas não exclui sua culpabilidade.

e) A culpabilidade pode ser presumida quando o agente possui capacidade mental e discernimento para compreender a ilicitude do fato.

## GABARITO

1. Letra B	2. Letra D	3. Letra A	



--	--	--	--	--



## QUESTÕES COMENTADAS

Culpabilidade. Imputabilidade penal.

1. A culpabilidade é um dos elementos essenciais do crime e está relacionada à possibilidade de o agente ser responsabilizado penalmente por sua conduta. Com base nesse conceito, assinale a alternativa correta.

- a) A culpabilidade é um requisito da tipicidade penal e, portanto, sua ausência não impede a punição do agente.
- b) A culpabilidade é composta por três elementos: imputabilidade, potencial consciência da ilicitude e exigibilidade de conduta diversa.
- c) A inimputabilidade por doença mental exclui automaticamente a ilicitude da conduta praticada pelo agente.
- d) A culpabilidade se confunde com a ilicitude, pois ambas determinam se a conduta do agente é ou não punível.
- e) O erro de proibição inevitável não afasta a culpabilidade do agente, pois todos devem conhecer a lei penal.

### Comentários:

Letra A – Incorreta. A culpabilidade não é requisito da tipicidade, mas sim um dos elementos do crime. Sua ausência pode impedir a imposição da pena.

Letra B – Correta. A culpabilidade é composta por imputabilidade, potencial consciência da ilicitude e exigibilidade de conduta diversa, conforme a doutrina majoritária.

Letra C – Incorreta. A inimputabilidade por doença mental não exclui automaticamente a ilicitude, mas pode levar à aplicação de medidas de segurança em vez de pena.

Letra D – Incorreta. A culpabilidade e a ilicitude são conceitos distintos: a ilicitude trata da contrariedade da conduta à norma, enquanto a culpabilidade está relacionada à possibilidade de responsabilização do agente.

Letra E – Incorreta. O erro de proibição inevitável exclui a culpabilidade, pois demonstra que o agente não tinha como saber que sua conduta era ilícita.

*Art. 26, caput, do Código Penal: "É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato."*

**Gabarito:** Letra B



**2. A imputabilidade penal é um requisito essencial para a responsabilização criminal do agente. No entanto, existem causas que podem afastá-la. Sobre a imputabilidade penal, assinale a alternativa correta.**

- a) Os menores de 18 anos são considerados imputáveis, mas podem ter a pena reduzida em razão de sua condição etária.
- b) A embriaguez voluntária exclui a imputabilidade, pois afasta a consciência da ilicitude da conduta praticada.
- c) O Código Penal brasileiro adota o critério biológico para a aferição da imputabilidade penal.
- d) Os menores de 18 anos são considerados absolutamente inimputáveis e submetem-se a medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- e) A coação moral irresistível e a obediência hierárquica ilícita excluem a imputabilidade penal.

**Comentários:**

Letra A – Incorreta. Menores de 18 anos são considerados absolutamente inimputáveis e não respondem criminalmente, sendo submetidos ao ECA.

Letra B – Incorreta. A embriaguez voluntária ou culposa não exclui a imputabilidade, pois o agente colocou-se deliberadamente nessa situação.

Letra C – Incorreta. O Código Penal adota o critério biopsicológico, que avalia tanto a condição mental do agente quanto sua capacidade de entender a ilicitude do fato.

Letra D – Correta. O artigo 27 do Código Penal estabelece que os menores de 18 anos são absolutamente inimputáveis e sujeitos às medidas socioeducativas previstas no ECA.

*Art. 27 do Código Penal: "Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial."*

Letra E – Incorreta. A coação moral irresistível e a obediência hierárquica ilícita excluem a culpabilidade, não a imputabilidade.

**Gabarito:** Letra D

**3. No Direito Penal, a culpabilidade é um dos requisitos para a imposição da pena e pode ser afastada em determinadas circunstâncias. Sobre a culpabilidade, assinale a alternativa correta.**

- a) A coação moral irresistível exclui a culpabilidade do agente, pois ele não possui liberdade de escolha ao praticar o crime.
- b) O erro de proibição sempre exclui a culpabilidade do agente, independentemente de sua evitabilidade.
- c) A obediência hierárquica é uma causa excludente da culpabilidade, mesmo quando a ordem recebida for manifestamente ilegal.



- d) O erro de proibição inevitável reduz a pena do agente, mas não exclui sua culpabilidade.
- e) A culpabilidade pode ser presumida quando o agente possui capacidade mental e discernimento para compreender a ilicitude do fato.

**Comentários:**

Letra A – Correta. A coação moral irresistível ocorre quando o agente age sob ameaça insuperável, sem ter outra opção, o que exclui sua culpabilidade.

*Art. 22 do Código Penal: "Se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem."*

Letra B – Incorreta. O erro de proibição só exclui a culpabilidade se for inevitável. Se for evitável, há apenas redução da pena.

Letra C – Incorreta. A obediência hierárquica só exclui a culpabilidade quando a ordem não for manifestamente ilegal.

Letra D – Incorreta. O erro de proibição inevitável exclui a culpabilidade; apenas o erro evitável leva à redução da pena.

Letra E – Incorreta. A culpabilidade não pode ser presumida, pois depende da análise concreta da imputabilidade, potencial consciência da ilicitude e exigibilidade de conduta diversa.

**Gabarito:** Letra A





## SIMULADO

Simulado .....	1
Introdução.....	1
Questões Inéditas .....	1
Gabarito .....	3
Questões Comentadas .....	4

## INTRODUÇÃO

Olá!

Este simulado contempla questões inéditas sobre:

Concurso de pessoas. Concurso de crimes.

Pronto para testar seu conhecimento?!

## QUESTÕES INÉDITAS

Concurso de pessoas. Concurso de crimes.

**1. O concurso de pessoas ocorre quando dois ou mais agentes colaboram para a prática de um crime. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.**

- a) O Código Penal adota a teoria pluralista, segundo a qual cada agente responde por um crime diferente, de acordo com sua conduta.
- b) Para que haja concurso de pessoas, é necessário que todos os agentes possuam a mesma intenção e pratiquem condutas idênticas.
- c) No concurso de pessoas, a participação de menor importância pode levar à redução da pena em até um terço.
- d) No concurso de pessoas, a cooperação dolosamente distinta leva à aplicação da pena do crime mais grave a todos os agentes, independentemente de sua intenção inicial.



e) A autoria colateral ocorre quando dois agentes, sem acordo prévio, praticam independentemente a mesma conduta criminosa, devendo ambos responder pelo crime consumado.

**2. O concurso de crimes ocorre quando um agente pratica mais de um crime, podendo ser aplicado um dos três sistemas de aplicação da pena. Sobre o concurso de crimes, assinale a alternativa correta.**

a) No concurso material, as penas são aplicadas cumulativamente, somando-se as penas de cada crime cometido.

b) No concurso formal, sempre se aplica o sistema da exasperação, aumentando a pena do crime mais grave em até dois terços.

c) No crime continuado, os delitos são considerados distintos para fins de aplicação da pena.

d) O concurso formal imperfeito ocorre quando o agente, com uma só conduta, pratica dois ou mais crimes sem desígnios autônomos.

e) No concurso material, a pena mais grave é aplicada com aumento de um sexto até metade, conforme o número de crimes praticados.

**3. O concurso de pessoas ocorre quando dois ou mais agentes colaboram para a prática de um crime. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.**

a) A participação de menor importância no crime pode ser desconsiderada para fins de responsabilização penal.

b) No concurso de pessoas, todos os envolvidos respondem pelo mesmo crime, ainda que suas condutas tenham graus de relevância diferentes.

c) O ajuste prévio entre os agentes é requisito obrigatório para que ocorra o concurso de pessoas.

d) No caso de crime praticado por uma pessoa inimputável em coautoria com outra imputável, ambos devem ser punidos da mesma forma.

e) O agente que determina outra pessoa a cometer um crime responde como partícipe, nunca como autor.

**4. O concurso formal e o crime continuado são formas de conexão entre delitos que influenciam a aplicação da pena. Sobre esses institutos, assinale a alternativa correta.**

a) No concurso formal perfeito, o agente pratica várias condutas distintas, resultando em dois ou mais crimes, com aumento da pena de um sexto a dois terços.

b) No crime continuado, os crimes são considerados distintos e punidos de forma cumulativa, sem qualquer redução na pena.

c) O concurso formal ocorre quando o agente, com uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, podendo ter aumento de pena ou aplicação do cúmulo material, conforme o caso.



- d) O concurso formal imperfeito ocorre quando o agente pratica vários crimes com uma só conduta, mas sem intenção autônoma para cada delito.
- e) No crime continuado, os crimes devem ser praticados em locais diferentes e sem qualquer relação entre si.

## GABARITO

1. Letra C	2. Letra A	3. Letra B	4. Letra C



## QUESTÕES COMENTADAS

Concurso de pessoas. Concurso de crimes.

1. O concurso de pessoas ocorre quando dois ou mais agentes colaboram para a prática de um crime. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.

- a) O Código Penal adota a teoria pluralista, segundo a qual cada agente responde por um crime diferente, de acordo com sua conduta.
- b) Para que haja concurso de pessoas, é necessário que todos os agentes possuam a mesma intenção e pratiquem condutas idênticas.
- c) No concurso de pessoas, a participação de menor importância pode levar à redução da pena em até um terço.
- d) No concurso de pessoas, a cooperação dolosamente distinta leva à aplicação da pena do crime mais grave a todos os agentes, independentemente de sua intenção inicial.
- e) A autoria colateral ocorre quando dois agentes, sem acordo prévio, praticam independentemente a mesma conduta criminosa, devendo ambos responder pelo crime consumado.

### Comentários:

Letra A – Incorreta. O Código Penal adota a teoria monista, segundo a qual todos os agentes respondem pelo mesmo crime, salvo exceções expressamente previstas.

Letra B – Incorreta. O concurso de pessoas exige um vínculo subjetivo entre os agentes, mas eles podem praticar condutas diferentes, desde que contribuam para o crime.

Letra C – Correta. O artigo 29, §1º, do Código Penal prevê que a participação de menor importância pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

*Art. 29, §1º, do Código Penal: "Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço."*

Letra D – Incorreta. Na cooperação dolosamente distinta, quem queria praticar um crime menos grave responde apenas por esse crime, com possível aumento de pena.

Letra E – Incorreta. Na autoria colateral, se não for possível determinar quem causou o resultado, ambos podem responder por tentativa, não pelo crime consumado.

**Gabarito:** Letra C

2. O concurso de crimes ocorre quando um agente pratica mais de um crime, podendo ser aplicado um dos três sistemas de aplicação da pena. Sobre o concurso de crimes, assinale a alternativa correta.



- a) No concurso material, as penas são aplicadas cumulativamente, somando-se as penas de cada crime cometido.
- b) No concurso formal, sempre se aplica o sistema da exasperação, aumentando a pena do crime mais grave em até dois terços.
- c) No crime continuado, os delitos são considerados distintos para fins de aplicação da pena.
- d) O concurso formal imperfeito ocorre quando o agente, com uma só conduta, pratica dois ou mais crimes sem desígnios autônomos.
- e) No concurso material, a pena mais grave é aplicada com aumento de um sexto até metade, conforme o número de crimes praticados.

#### Comentários:

Letra A – Correta. No concurso material, as penas são somadas, conforme o artigo 69 do Código Penal.

*Art. 69 do Código Penal: "No concurso material, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido."*

Letra B – Incorreta. No concurso formal, a regra é o aumento de um sexto a metade, salvo se houver desígnios autônomos, caso em que se aplica o cúmulo material.

Letra C – Incorreta. No crime continuado, os crimes são tratados como um único crime para fins de pena, com aumento de um sexto a dois terços.

Letra D – Incorreta. No concurso formal imperfeito, o agente possui desígnios autônomos, o que leva à aplicação do cúmulo material.

Letra E – Incorreta. A regra do aumento proporcional da pena se aplica ao concurso formal e ao crime continuado, não ao concurso material.

**Gabarito:** Letra A

### 3. O concurso de pessoas ocorre quando dois ou mais agentes colaboram para a prática de um crime. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.

- a) A participação de menor importância no crime pode ser desconsiderada para fins de responsabilização penal.
- b) No concurso de pessoas, todos os envolvidos respondem pelo mesmo crime, ainda que suas condutas tenham graus de relevância diferentes.
- c) O ajuste prévio entre os agentes é requisito obrigatório para que ocorra o concurso de pessoas.
- d) No caso de crime praticado por uma pessoa inimputável em coautoria com outra imputável, ambos devem ser punidos da mesma forma.



e) O agente que determina outra pessoa a cometer um crime responde como partícipe, nunca como autor.

#### Comentários:

Letra A – Incorreta. A participação de menor importância não é desconsiderada, mas pode reduzir a pena em até um terço.

Letra B – Correta. O Código Penal adota a teoria monista, segundo a qual todos os envolvidos respondem pelo mesmo crime, salvo exceções expressamente previstas.

*Art. 29 do Código Penal: "Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade."*

Letra C – Incorreta. O vínculo subjetivo entre os agentes é necessário, mas o ajuste prévio não é obrigatório para configurar o concurso de pessoas.

Letra D – Incorreta. O agente inimputável pode ser submetido a medida de segurança, enquanto o imputável responde penalmente.

Letra E – Incorreta. O agente que determina outra pessoa a cometer um crime pode ser considerado autor intelectual, e não apenas partícipe.

**Gabarito:** Letra B

#### 4. O concurso formal e o crime continuado são formas de conexão entre delitos que influenciam a aplicação da pena. Sobre esses institutos, assinale a alternativa correta.

a) No concurso formal perfeito, o agente pratica várias condutas distintas, resultando em dois ou mais crimes, com aumento da pena de um sexto a dois terços.

b) No crime continuado, os crimes são considerados distintos e punidos de forma cumulativa, sem qualquer redução na pena.

c) O concurso formal ocorre quando o agente, com uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, podendo ter aumento de pena ou aplicação do cúmulo material, conforme o caso.

d) O concurso formal imperfeito ocorre quando o agente pratica vários crimes com uma só conduta, mas sem intenção autônoma para cada delito.

e) No crime continuado, os crimes devem ser praticados em locais diferentes e sem qualquer relação entre si.

#### Comentários:

Letra A – Incorreta. No concurso formal perfeito, há uma só conduta que resulta em dois ou mais crimes, e a pena do crime mais grave é aumentada de um sexto a dois terços.

Letra B – Incorreta. No crime continuado, os crimes são tratados como um só para fins de pena, com um aumento proporcional.



Letra C – Correta. O concurso formal ocorre quando uma só ação ou omissão resulta em dois ou mais crimes, aplicando-se, em regra, o sistema da exasperação (aumento de pena), salvo nos casos de desígnios autônomos, em que se aplica o cúmulo material.

Letra D – Incorreta. No concurso formal imperfeito, o agente tem desígnios autônomos, ou seja, age intencionalmente para praticar vários crimes.

Letra E – Incorreta. No crime continuado, os crimes devem ser praticados em condições semelhantes de tempo, lugar e modo de execução, o que demonstra uma continuidade delitiva.

*Art. 70 - Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade. As penas aplicam-se, entretanto, cumulativamente, se a ação ou omissão é dolosa e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos, consoante o disposto no artigo anterior.*

**Gabarito:** Letra C



## SIMULADO

Simulado .....	1
Introdução .....	1
Questões Inéditas .....	1
Gabarito .....	3
Questões Comentadas.....	3

## INTRODUÇÃO

Olá!

Este simulado contempla questões inéditas sobre:

Crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral

Pronto para testar seu conhecimento?!

## QUESTÕES INÉDITAS

Crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral

**1. Durante uma operação da Polícia Federal, um empresário foi flagrado tentando entregar uma mala com dinheiro ao diretor de um órgão público, com o objetivo de obter um contrato de prestação de serviços em caráter emergencial, sem passar por licitação. Diante dessa situação, o empresário cometeu o crime de:**

- a) corrupção passiva.
- b) advocacia administrativa.
- c) condescendência criminosa.
- d) corrupção ativa.
- e) prevaricação.





**2. Durante uma investigação, constatou-se que um funcionário público havia alterado um sinal atribuído por lei a uma autarquia onde trabalhava, emitindo declarações falsas em nome de tal instituição. A conduta do funcionário público caracteriza o crime de:**

- a) falsificação de documento público.
- b) falsificação de papéis públicos.
- c) falsidade ideológica.
- d) uso de documento falso.
- e) falsificação de selo ou sinal público.

**3. Um servidor público divulgou informações confidenciais sobre um projeto de licitação do município, que deveria permanecer em sigilo, repassando os dados a uma empresa interessada na concorrência. Essa conduta configura o crime de:**

- a) advocacia administrativa.
- b) corrupção passiva.
- c) violação de sigilo funcional.
- d) prevaricação.
- e) condescendência criminosa.

**4. Durante a auditoria de um departamento público, descobriu-se que um funcionário havia, por descuido, permitido que terceiros acessassem e desviassem materiais da repartição. Após constatar o erro, ele imediatamente tomou medidas para reparar o prejuízo. Essa situação configura o crime de:**

- a) peculato doloso.
- b) peculato culposo.
- c) apropriação indébita.
- d) condescendência criminosa.
- e) prevaricação.

**5. Durante uma investigação, constatou-se que um candidato a concurso público teve acesso antecipado ao conteúdo sigiloso da prova, devido à conivência de um funcionário do órgão organizador. Tal conduta configura o crime de:**

- a) falsidade ideológica.
- b) corrupção ativa.



- c) fraudes em certames de interesse público.
- d) uso de documento falso.
- e) prevaricação.

## GABARITO

1. Letra D	2. Letra E	3. Letra C	4. Letra B
5. Letra C			

## QUESTÕES COMENTADAS

Crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral

**1. Durante uma operação da Polícia Federal, um empresário foi flagrado tentando entregar uma mala com dinheiro ao diretor de um órgão público, com o objetivo de obter um contrato de prestação de serviços em caráter emergencial, sem passar por licitação. Diante dessa situação, o empresário cometeu o crime de:**

- a) corrupção passiva.
- b) advocacia administrativa.
- c) condescendência criminosa.
- d) corrupção ativa.
- e) prevaricação.

### Comentários:

Letra A - incorreta: Corrupção passiva é praticada pelo funcionário público que solicita ou aceita vantagem indevida. No caso, o empresário é particular.

Letra B - incorreta: Advocacia administrativa ocorre quando o funcionário público patrocina interesse privado perante a administração pública, valendo-se do cargo.

Letra C - incorreta: Condescendência criminosa refere-se à indulgência de funcionário público com subordinados, sem relação com a conduta do empresário.



Letra D - correta: O empresário cometeu corrupção ativa, prevista no art. 333 do CP, ao oferecer vantagem indevida a um funcionário público.

*Art. 333: Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.*

Letra E - incorreta: Prevaricação é um crime cometido pelo funcionário público que retarda ou omite ato de ofício para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

**Gabarito:** Letra D

**2. Durante uma investigação, constatou-se que um funcionário público havia alterado um sinal atribuído por lei a uma autarquia onde trabalhava, emitindo declarações falsas em nome de tal instituição. A conduta do funcionário público caracteriza o crime de:**

- a) falsificação de documento público.
- b) falsificação de papéis públicos.
- c) falsidade ideológica.
- d) uso de documento falso.
- e) falsificação de selo ou sinal público.

**Comentários:**

Letra A - incorreta: Falsificação de documento público refere-se à criação ou alteração de documentos oficiais, mas não abrange especificamente selos ou sinais públicos.

*Art. 297 - Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro.*

Letra B - errada: A falsificação de papéis públicos está prevista no art. 293 do CP, mas também não abarca os selos ou sinais públicos atribuído por lei a entidade de direito público (art. 296, II).

Letra C - incorreta: Falsidade ideológica refere-se à alteração de informações em documentos verdadeiros, sem modificar sua materialidade.

Letra D - incorreta: Uso de documento falso se aplica à utilização de documentos previamente falsificados.

Letra E - correta: como o funcionário público alterou sinal atribuído por lei a uma autarquia (entidade de direito público), sua conduta está prevista no art. 296, II do CP, qual seja:

**Art. 296 - Falsificar, fabricando-os ou alterando-os:**

**I - selo público destinado a autenticar atos oficiais da União, de Estado ou de Município;**



II - **seio ou sinal atribuído por lei a entidade de direito público**, ou a autoridade, ou sinal público de tabelião:

**Gabarito:** Letra E

**3. Um servidor público divulgou informações confidenciais sobre um projeto de licitação do município, que deveria permanecer em sigilo, repassando os dados a uma empresa interessada na concorrência. Essa conduta configura o crime de:**

- a) advocacia administrativa.
- b) corrupção passiva.
- c) violação de sigilo funcional.
- d) prevaricação.
- e) condescendência criminosa.

**Comentários:**

Letra A - incorreta: Advocacia administrativa ocorre quando o funcionário público utiliza sua posição para defender interesses privados perante a administração.

Letra B - incorreta: Corrupção passiva envolve a solicitação ou aceitação de vantagem indevida, o que não ocorreu no caso.

Letra C - correta: O crime de violação de sigilo funcional, previsto no art. 325 do CP, ocorre quando o servidor público revela ou facilita a revelação de informações sigilosas de que tem ciência em razão do cargo.

*Art. 325: Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação.*

Letra D - incorreta: Prevaricação refere-se à omissão ou prática irregular de ato de ofício por interesse ou sentimento pessoal.

Letra E - incorreta: Condescendência criminosa trata da indulgência com subordinados que cometeram infrações.

**Gabarito:** Letra C

**4. Durante a auditoria de um departamento público, descobriu-se que um funcionário havia, por descuido, permitido que terceiros acessassem e desviassem materiais da repartição. Após constatar o erro, ele imediatamente tomou medidas para reparar o prejuízo. Essa situação configura o crime de:**

- a) peculato doloso.



- b) peculato culposo.
- c) apropriação indébita.
- d) condescendência criminosa.
- e) prevaricação.

#### Comentários:

Letra A - incorreta: Peculato doloso ocorre quando o funcionário público age intencionalmente para apropriar-se ou desviar bens.

Letra B - correta: Peculato culposo, previsto no art. 312, §2º do CP, ocorre quando o funcionário público, por negligência, imprudência ou imperícia, contribui para que terceiros se apropriem de bens públicos.

*Art. 312, §2º: Se o funcionário concorre culposamente para o crime de outrem.*

A reparação do dano **antes da sentença irrecorrível** extingue a punibilidade.

Letra C - incorreta: Apropriação indébita é crime praticado por particular que se apropria de coisa móvel alheia confiada mediante confiança, depósito ou empréstimo.

Letra D - incorreta: Condescendência criminosa refere-se à indulgência de superiores com subordinados infratores.

Letra E - incorreta: Prevaricação diz respeito à omissão de ato de ofício por interesse ou sentimento pessoal.

**Gabarito:** Letra B

**5. Durante uma investigação, constatou-se que um candidato a concurso público teve acesso antecipado ao conteúdo sigiloso da prova, devido à conivência de um funcionário do órgão organizador. Tal conduta configura o crime de:**

- a) falsidade ideológica.
- b) corrupção ativa.
- c) fraudes em certames de interesse público.
- d) uso de documento falso.
- e) prevaricação.

#### Comentários:



Letra A - incorreta: Falsidade ideológica refere-se a alteração do conteúdo de documentos verdadeiros, o que não se aplica à situação descrita.

Letra B - incorreta: Corrupção ativa ocorre quando o particular oferece vantagem indevida a um funcionário público.

Letra C - correta: A situação descrita configura fraudes em certames de interesse público, crime previsto no art. 311-A do CP.

*Art. 311-A: Utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, conteúdo sigiloso de:*

*I – concurso público;*

*II – avaliação ou exame públicos;*

Letra D - incorreta: Uso de documento falso se aplica a situações em que o agente utiliza documentos falsificados.

Letra E - incorreta: Prevaricação é a omissão ou retardamento de ato de ofício, o que não se aplica ao caso.

**Gabarito:** Letra C



# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.